

CONFLITOS ECOLÓGICOS DISTRIBUTIVOS E O PROTAGONISMO DA COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO PONTAL DOS BURITIS: UM ESTUDO DE CASO

Larissa Carvalho de Oliveira⁹²
Helga Maria Martins de Paula⁹³

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento deste trabalho parte do incômodo face ao trágico acidente com pulverização aérea, no Município de Rio Verde-GO, em que as pessoas que estavam na Escola Municipal Rural São José do Pontal, localizada no Assentamento Pontal dos Buritis, foram atingidas por agrotóxicos. A abordagem parte especialmente das vivências das mulheres, mães e alunas desta escola, e não do discurso simplificado observado em esferas institucionalizadas.

As feridas reais e simbólicas de vivência do modelo agrícola hegemônico, o agronegócio, são sentidas em conflitos que explicitam a fragilidade de comunidades que não se enquadram no mesmo, como é o caso em estudo. De acordo com esse raciocínio, adota-se a orientação teórica do economista Martínez Alier, por meio da construção de análise comparativa entre o caso do Assentamento e o que este autor denomina de ecologismo dos pobres.

Deste modo, a discussão sobre o caso do envenenamento na escola do Assentamento Pontal dos Buritis inicia-se com a hipótese de responsabilização

⁹² Estudante do sétimo período de graduação em Direito, na Universidade Federal de Goiás, campus Jataí. E-mail: larissa.lco@gmail.com

⁹³ Mestre em Direitos Coletivos, Cidadania e Função Social pela Universidade de Ribeirão Preto com fomento da CAPES. Professora do curso de graduação em Direito da Universidade Federal de Goiás, campus Jataí. E-mail: heldepaula@yahoo.com.br

do paradigma cientificista da modernidade ocidental capitalista, especialmente quanto às tecnologias impostas aos espaços de produção agrícola. Afinal, a simplicidade propagandeada pelo modelo agrícola hegemônico, de uma suposta dependência indispensável do campo aos fertilizantes químicos, agrotóxicos e máquinas inovadoras para produzir alimentos e atender à demanda mundial, pauta-se em um discurso fraudulento, já que o ônus é compartilhado pelos pobres, somente.

Com tal pressuposto, vê-se que “Toda uma enorme instituição burocratizada – a ciência –, todo um corpo de princípios, resiste ao mínimo questionamento, rejeita com violência e despreza como ‘não científico’ tudo o que não corresponde ao modelo” (MORIN, 2007, p. 51). Essa rejeição corrobora a sua aversão de encarar a complexidade das situações, porque isso não seria lucrativo especificamente ao mercado agrícola. “E assim toma forma o paradigma-chave do Ocidente: o objeto é o conhecível, o determinável, o isolável, e por consequência o manipulável.” (MORIN, 2007, p. 43)

Quanto ao caminho escolhido para a realização deste trabalho inicial, mediante explicitação do que se apreende da situação concreta e do seu desenrolar até a atualidade, opta-se pela técnica do estudo de caso. Esta técnica metodológica auxiliará na medida em que se estabelecer como “um recurso importante para o estudo de uma situação específica, de um fenômeno isolado [que] demanda do pesquisador um foco na situação, mas um olhar abrangente que faz com que careça de diversos mecanismos de investigação [...]” (BITTAR, 2009, p. 187).

Deste modo, a abordagem inicial do trabalho traz elementos descritivos sobre o acidente com pulverização aérea de agrotóxico sobre a escola do Assentamento Pontal dos Buritis, em Rio Verde-GO. A caracterização do espaço e a relação da comunidade assentada com o agronegócio são problematizadas a partir da contribuição e do protagonismo observado no contato inicial realizado especialmente com as mulheres da comunidade. Percebe-se a consolidação do modelo agrícola hegemônico inclusive no senso comum, no município em que se localiza o Assentamento, pois as vítimas foram submetidas a um tratamento vexatório, pelos moradores. Sob esse aspecto, questiona-se: quais fatores influenciam alguns cidadãos a tratarem vítimas de envenenamento como simples causadores de tumulto?

Na sequência, estabelece-se um diálogo entre o suporte teórico do ecologismo dos pobres com a perspectiva de pensamento complexo, a fim de se discutir acerca do impacto social da predominância econômica e política do agronegócio, na região em análise. Reconhecer a complexidade da situação concreta é compreender a ausência de quaisquer considerações conclusivas, admitindo as inseguranças quanto à metodologia utilizada para análise do caso. Nessa etapa do trabalho, pretende-se aumentar as possibilidades de questionamento acerca do caso concreto, em repúdio às simplificações discursivas e mutiladoras, na medida em que negam o direito à saúde, negam o tratamento digno àqueles que são vítimas.

1 ALÉM DO ACASO, UMA COMUNIDADE NO CAMINHO DO AGRONEGÓCIO

A discussão acerca do acidente com pulverização aérea no Assentamento Pontal dos Buritis, em maio deste ano, parte de uma abordagem materialista, considerando os danos efetivamente sofridos pela comunidade e os riscos a que está sujeita continuamente, especialmente por conta do lugar em que está inserida.

No dia 03 de maio de 2013, um avião pulverizador sobrevoava a Escola Municipal Rural São José do Pontal, localizada no Assentamento Pontal dos Buritis, às margens da rodovia estadual GO-174 do Município de Rio Verde, pouco antes e durante o horário do intervalo do turno matutino. Essa escola, apesar de Municipal, possui turmas de ensino fundamental e de ensino médio. Era uma sexta-feira, por volta das 9h15min da manhã, crianças e adolescentes estavam no intervalo das aulas e andavam no pátio, jogavam na quadra de esportes, lanchavam ou brincavam no parquinho. Nesse momento, o avião da empresa Aerotex (especializada em pulverização aérea e que disponibilizou seus funcionários – piloto e dosador de agrotóxicos – para realizarem a aplicação) despejou agrotóxicos sobre a referida escola atingindo alunos, professores e demais funcionários.

O agrotóxico, que caiu como uma chuva bem fina, como um sereno sobre as pessoas, foi o produto denominado *engeo pleno*, um inseticida de fácil aquisição no mercado de produtos do agronegócio da região de Rio Verde-GO. A pulverização destinava-se originalmente a duas plantações de milho, localizadas em frente e ao fundo da escola.

Quando alunos e funcionários perceberam que a substância tóxica estava caindo sobre a escola e os deixando molhados, muitos ficaram em pânico e alguns professores tentaram conduzir os alunos para uma das poucas salas que possui o teto forrado (com PVC), já que as salas de aula não possuem laje e o agrotóxico as atingia interiormente com maior facilidade. O gestor da escola, por sua vez, tentou frustradamente indicar para o piloto da aeronave que havia pessoas na escola, correndo pelo pátio batendo panelas e balançando uma camiseta.

Contudo, o acidente que vitimou a comunidade do Assentamento, no município de Rio Verde-GO, não se trata de um fato isolado. Ao contrário, reflete o sacrifício de vidas de pessoas que estão à margem do modelo agrícola hegemônico, pessoas que não se inserem na lógica economicista, mas ao contrário, desafiam um dos seus pilares – o latifúndio – na medida em que ousam (sobre)viverem em um Assentamento, cujas propriedades de terra se caracterizam por serem minifúndios. “Alguns grupos da geração atual são privados do acesso aos recursos e serviços ambientais, e sofrem muito mais com a contaminação” (ALIER, 2007, p. 36).

Nesse sentido, faz-se coerente compreender que, para além do acaso, os atingidos pela pulverização representam um obstáculo à expansão do agronegócio na região – e seus desertos verdes – por resistirem em se manter em uma área rural

dividida em pequenas propriedades e ainda manterem uma escola funcionando. O direito à moradia e a dignidade humana dos indivíduos inseridos nesse contexto de conflito ecológico distributivo tendem a ser mitigados e até anulados, em benefício das empresas de agronegócio que se sobrepõem ao interesse público que deveria ser zelado e justificar as posturas do poder público.

A comunidade que frequenta a escola do assentamento é composta predominantemente por pessoas de classe social baixa. As condições sociais não lhes são favoráveis “os pobres vendem barato sua saúde quando trabalham por uma diária numa mina ou plantação. Os pobres vendem barato não por opção, mas por falta de poder” (ALIER, 2007, p. 58). Nesse sentido, o caso em estudo se insere no contexto desumano “de produção, reprodução e perpetuação da pobreza na América do Sul, vinculado a uma das formas mais importantes da expansão do capitalismo e destruição do meio ambiente: os ‘agronegócios’[...]” (CAMPOS, 2011, p. 15).

A ausência de poder da comunidade expressa o contexto capitalista, marcado por uma tradição política autoritária e elitizada desta região do Sudoeste Goiano⁹⁴, declaradamente apoiadora do mercado de agronegócio local. Cidades como Rio Verde-GO, que estão no centro “destes territórios se convertem em ilhas encurraladas pela expansão do agronegócio, que aumenta a migração do campo para a cidade. Isso junto à falta de infraestrutura básica e da carência de políticas habitacionais [...]” (CAMPOS, 2011, p. 16). No bojo da manutenção da desigualdade sócio-econômica e da exploração humana e ambiental, os discursos de pacificação fazem-se presentes:

A ilusão do crescimento econômico continuado é alimentada pelos ricos do mundo para manter os pobres em paz. Em vez disso, a idéia correta é que o crescimento econômico leva ao esgotamento de recursos (e à sua outra face: a contaminação) e isso prejudica os pobres. Existe, pois, um conflito entre a destruição da natureza para se ganhar dinheiro, e a conservação da natureza para se poder sobreviver (ALIER, 1998, p. 141).

Em outra perspectiva, o contato inicial com a comunidade do Assentamento Pontal dos Buritis foi viabilizado especialmente pela abertura ao diálogo por parte das mulheres, mães de alunos envenenados e alunas. Esse aspecto, de atuação mais destacada das mulheres geralmente é compartilhado em situações

⁹⁴ Em que o Secretário do Prefeito tende a invisibilizar o caso ou refere-se às vítimas e seus familiares como “bagunceiros” – como ocorreu em um ato público, no dia 5 de junho, na Câmara Municipal de Vereadores – pois alarmavam a cidade, sendo que a situação já teria sido resolvida. O Secretário de Saúde senta-se ao lado do preposto da empresa responsável pela pulverização sobre a escola (no dia 21 de junho de 2013), para apoiar (forçar) a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), irresponsabilizando os hospitais municipais de atenderem e disponibilizarem tratamento às vítimas do acidente de 03 de maio. O TAC não foi assinado pela comunidade.

limite ao meio ambiente. “Tanto o movimento Chipko quanto a luta de Chico Mendes enquadram-se na trajetória das longas histórias de resistência ao Estado e aos forasteiros. [...] Nos dois exemplos as mulheres apresentam atuação marcante, como é habitual nos conflitos ambientais” (ALIER, 2007, p. 176).

Muitas mães de alunos que apresentaram sintomas de intoxicação imediatamente após a pulverização ou alguns dias (ou até semanas) na sequência do acidente se articularam na luta para conseguirem tratamento digno para seus filhos. A maioria das vítimas foi atendida no Hospital Municipal de Rio Verde – local em que as vítimas foram humilhadas por profissionais da saúde e por parte da população rioverdense –, algumas pessoas receberam atendimento no Hospital Municipal de Montividiu – cuja zona urbana fica mais próxima do Assentamento do que Rio Verde, apesar de ser mais precária do que este – e outras ainda foram encaminhadas à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Rio Verde.

A mobilização de tais mulheres foi no sentido de obterem atendimento com médicos qualificados – não necessariamente especialistas, já que a rede pública de saúde local não dispõe de médico toxicologista – e de conseguirem gratuitamente medicamentos para aliviar os sintomas mais intensos das vítimas (na maioria, cefaléia e ânsias de vômito). Como o Hospital Regional não possui espaço para descanso dos acompanhantes de pacientes⁹⁵, algumas mães dormiam na Casa de Apoio, pertencente à Dona Maria, mãe de uma aluna que estava na escola, na manhã do acidente.

No entanto, há de se destacar que o acidente com agrotóxicos em análise, somente ocorreu porque as plantações de milho, que receberam parte da pulverização, são plantas geneticamente modificadas, plantas transgênicas, cuja sobrevivência depende da aplicação dos mais diversos tipos de agrotóxicos. Além disso, a tecnologia vinculada à produção desse tipo de alimento, pelo pacote agrícola que agrega sementes transgênicas, adubos químicos, agrotóxicos e máquinas agrícolas, é composta predominantemente por produtos de origem estrangeira, colocando em risco a segurança alimentar e sobrevivência de comunidades como a do Assentamento (ALIER, 2007).

2 POR QUE ENCARAR A COMPLEXIDADE DA SITUAÇÃO?

A partir da orientação do livro “Ecologismo dos pobres”, de Martínez Alier, sem reduzir ou fragmentar a complexidade da situação que culminou no envenenamento de inúmeras pessoas no Assentamento Pontal dos Buritis, em Rio Verde-GO, importa questionar “sobre quem possui o poder político para

⁹⁵ Houve dificuldade inclusive para atender as crianças e adolescentes que passavam mal. Entre os dias 21 e 23 de maio de 2013, alguns dos pacientes internados, vítimas da pulverização, ficaram na garagem do hospital em condições de extrema precariedade.

simplificar a complexidade e sacrificar certos interesses e valores sociais impondo um único discurso de valoração a despeito dos demais, como tem ocorrido com o discurso econômico” (ALIER, 2007, p. 14).

Deste modo, de acordo com alguns elementos caracterizadores da comunidade vítima do acidente em discussão – apontados no tópico anterior –, optou-se por se analisar a questão mediante a abertura discursiva/reflexiva do pensamento complexo, segundo o entendimento de Edgar Morin:

O pensamento complexo não recusa de modo algum a clareza, a ordem, o determinismo. Ele os considera insuficientes, sabe que não se pode programar a descoberta, o conhecimento, nem a ação. [...] A complexidade situa-se num ponto de partida para uma ação mais rica, menos mutiladora. Acredito profundamente que quanto menos um pensamento for mutilador, menos ele mutilará os humanos. É preciso lembra-se dos estragos que os pontos de vista simplificadores têm feito, não apenas no mundo intelectual, mas na vida. Milhões de seres sofrem o resultado dos efeitos do pensamento fragmentado e unidimensional (MORIN, 2007, p. 83).

Com tal percepção, reconhecendo-se o sofrimento da comunidade do Assentamento, assume-se uma perspectiva de negação à simplicidade discursiva da mídia local ao tratar do assunto. São negados os limites e recortes arbitrários e descaracterizadores da gravidade da situação, presentes nos argumentos e posturas da empresa, da Secretaria Municipal de Saúde e da Prefeitura.

Nesse viés, há necessária crítica ao padrão de cientificidade alienante e estreitamente subserviente à adaptação e ao desenvolvimento de tecnologias agrícolas, em benefício do agronegócio. Além disso, o aspecto material da natureza como meio para manutenção das pessoas é básico ao aporte teórico que pauta o estudo de caso, o ecologismo dos pobres. “Sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos” (ALIER, 2007, p. 34).

O diálogo entre a abordagem do pensamento complexo e o ecologismo dos pobres, para compreender o caso concreto, exige que se encare que a situação é complicada, a despeito da prepotência de determinada faceta da ciência moderna, ocidental e essencialmente capitalista.

O saber, no ecologismo dos pobres, é assimilado a partir “do saber tradicional sobre o manejo dos recursos, do conhecimento adquirido sobre as novas formas de contaminação e de depredação dos recursos, assim como, em muitas ocasiões, das incertezas ou ignorância sobre os riscos das novas tecnologias [...]” (ALIER, 2007, p. 66-67).

De acordo com Alier, ocorre uma traição expressa, na medida em que o Estado toma partido da classe alta – especialmente dos donos do agronegócio – e trai a sociedade civil, formada, em sua maioria, por pessoas pobres (2007).

Deste modo, importante destacar que o que se denomina ecologismo dos pobres parte de uma perspectiva compartilhada entre a ecologia política e a economia ecológica, e, ganha contornos mais definidos a partir das década de 1970/1980 com a idéia de superação da dicotomia Norte/Sul e do *credo da ecoeficiência* e suas nomenclaturas, como a expressão *desenvolvimento sustentável*. Nesse sentido, a reflexão que se impõe é: de qual desenvolvimento estamos falando? Em quais parâmetros interpretativos trabalhamos para mensurar sustentabilidade sendo que a mesma se apoia em um sistema desigual capitalista, reprodutor das mazelas exploratórias em várias esferas, inclusive na esfera ecológica, seja por meio da espoliação de recursos naturais, de conhecimentos tradicionais, seja no fomento a um modelo agrícola que prioriza a concentração de terras, a monocultura e a exploração de mão-de-obra nas colheitas.

A superação da lógica binária moderna, da sacralização da natureza, do máximo eficientismo vinculado à adaptação *verde* dos mecanismos reforçadores de desigualdade, permite vislumbrarmos os pobres, os excluídos do modelo hegemônico do agronegócio, como vozes destoantes e protagonistas de mudanças necessárias para a emancipação desses grupos e alterações na perspectiva de desenvolvimento e dinâmicas no campo.

A utilização de agrotóxicos e suas consequências para a saúde humana e para o meio ambiente corroboram o processo argumentativo e concreto da modernização agrícola vinculada à consolidação de empresas transnacionais do agronegócio fomentadas por estímulos estatais, tudo isso embasado pela difusão de um discurso que promove a junção indissolúvel entre progresso/desenvolvimento/êxito econômico e político e impossibilidade de modelos alternativos contra-hegemônicos no campo (vistos como *entrave* ao crescimento econômico capitalista).

Clara a dominação social que reside no alicerce do processo estrutural de acúmulo de capital por meio de práticas predatórias que se aproveitam das desigualdades e assimetrias entre os grupos sociais para apropriação dos recursos dos mais frágeis (HARVEY, 2012, p. 115), daqueles excluídos dos processos de construção de decisões.

Então, não só como excluídos/coadjuvantes dos processos decisórios verticalizados, mas também vistos como entraves reais do desenvolvimento econômico de uma determinada área, os grupos que ousam questionar, que são vítimas da manutenção hegemônica de um modelo fomentado pelo sistema de produção e pelo Estado, encontram-se expostos a uma violência palpável e também simbólica perpetrada por uma mídia reforçadora de esteriótipos.

A mídia, no caso em estudo, possuiu um papel de destaque à medida que, de forma explícita, pautou sua linha editorial em duas dissonantes diretrizes discursivas: a primeira, quando da divulgação do envenenamento, trouxe um recorte de observação das vítimas como *coitados*, à mercê de situações inerentes

a sua própria condição de pobres, espoliados, excluídos. A visão assistencialista predominante em um primeiro momento deu lugar, logo em seguida, a total e absoluta invisibilidade do fato, das vítimas, do contexto de conflitos da região. A mídia silenciou-se. O silêncio, o não-discurso, não deixa, em momento algum, de ser um determinado discurso, ou seja, a confirmação de uma postura discursiva que se compactua com a consolidação do *status quo*, com a impossibilidade de dar voz e contextualizar a partir de discursos valorativos para além do discurso econômico, do discurso pseudoecológico sustentável, do discurso do agronegócio.

Campanhas televisivas, propagandas governamentais e o incentivo aos instrumentos de manutenção desse modelo agrícola/agrário hegemônico por meio das redes sociais auxiliam a perpetuação de desigualdades e criminalização de grupos que não se *encaixam*, grupos dos quais as necessidades e bem-estar respectivos não estão consoantes às necessidades do agronegócio.

No caso em estudo, a mídia tratou as vítimas do envenenamento como um efeito colateral de uma produção agrícola competitiva nos mercados interno e externo, como o preço a se pagar, o custo social da modernização da agricultura que propicia o acúmulo de capital/riqueza a uma pequena parcela de produtores do espaço, produtores que promovem o crescimento da *nação*.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica ao modelo de ciência moderno ocidental a partir do estudo do conflito ecológico distributivo que possui como cenário a pulverização de agrotóxicos sobre o Assentamento Pontal dos Buritis, trazendo à tona a multiplicidade de discursos valorativos para a interpretação da situação-problema, priorizando as vozes dos atingidos e, em especial as vozes e ações das mulheres atingidas é o cerne do presente trabalho.

A estruturação do trabalho passa por três eixos centrais: a utilização do paradigma complexo/emergente para análise de uma situação-problema a partir do pensamento complexo que se alicerça na interpretação multifatorial de causas e consequências do pensamento/ação contra-hegemônico; o pensamento/ação contra-hegemônico explicitado na participação efetiva e real de vítimas do estudo de caso na construção de uma rede de pesquisa/extensão/participação popular com voz ativa não só nas esferas institucionalizadas, mas na garantia de um vislumbre emancipatório do próprio grupo de atingidos que se tornam protagonistas de suas histórias; e, finalmente, na observação participante da centralidade das mulheres no processo de construção mencionado anteriormente.

Importante destacar que o caso em análise está inserido em um contexto de *invisibilidade* proposital que acaba por equipará-lo a um risco menor frente

ao processo de expansão comercial atrelada à indústria do agronegócio e todas as suas vertentes, incluindo a utilização de agrotóxicos com alto grau de toxicidade e, conseqüentemente, perigosos para a saúde humana e o meio ambiente.

Esse *risco menor*, aquilo que é considerado um detalhe, acaba por mensurar com um parâmetro muito específico a escala de valores na qual estamos inseridos em nossa cultura moderna ocidental subsidiada pelo sistema capitalista: a dinâmica do crescimento econômico em detrimento do meio ambiente e da saúde humana, da saúde de seres humanos excluídos do modelo hegemônico de produção agrícola e do mercado de trabalho.

A possibilidade de que as vítimas tenham suas vozes ouvidas, participando ativamente dos processos de construção discursiva de espaços contra-hegemônicos que não reproduzem a violência real e simbólica nas quais estiveram inseridos até então (e que culminou na invisibilidade já mencionada), permite que se vejam como protagonistas de suas histórias e, como resistência e alternativa frente a um modelo desigual e excludente a ser superado.

REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagem de valoração. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

ALIER, Joan Martínez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Tradução de Armando de Melo Lisboa. Blumenau: Ed. da FURB, 1998.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: CLACSO, 2011. 208 pp.

HARVEY, David. **Para entender O Capital**. São Paulo: Boitempo editora, 2012.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007. 120 pp.